

APRESENTAÇÃO



DOMINIUM
Um passo a frente

SEMINÁRIO ABMES
OS EFEITOS DAS REFORMAS
ESTRUTURAIS DO GOVERNO NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

REFORMA TRABALHISTA

CD - PL 6787/2016

SF- PLC 38/2017

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ **TRABALHO INTERMITENTE**

- Jornada ou diária
- Férias, FGTS, previdência e 13º salário, proporcionais.

➤ **JORNADA DE TRABALHO**

- Até 12 horas/ dia e 48 horas/semana, incluídas 4 horas extras.
- 12x36

FÉRIAS

- Parcelamento em até 3 vezes.

➤ **HOME OFFICE**

- Será acordado previamente com o empregador.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ REPRESENTAÇÃO ACIMA DE 200

- Não precisa ser sindicalizado.

➤ CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

- Torna a contribuição sindical optativa.

➤ AMBIENTE INSALUBRE

- Mulheres grávidas/grau máximo.
- Atestado de médico/médio e leve.

➤ REGIME PARCIAL

- 30 horas semanais, sem suplementares.
- 26 horas semanais, com 6 horas extras.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



➤ HORAS *IN ITINERE*

- Não será computado na jornada de trabalho o tempo de deslocamento até o local de trabalho e seu retorno.

➤ BANCO DE HORAS

- Pactuado por acordo individual escrito, compensação se realize no mesmo mês.

➤ INTERVALO DE ALIMENTAÇÃO

- Mínimo de 30 minutos.

➤ MULTA

- Empregado não registrado, R\$ 3 mil.
- Microempresas ou empresa de pequeno porte, R\$ 800,00.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



➤ TEMPO DE TRABALHO

- Desconsidera atividades particulares que o trabalhador realiza no âmbito da empresa.

➤ TERCEIRIZAÇÃO

- Salvaguardas para o trabalhador terceirizado, quarentena de 18 meses.

➤ ACERTO INDIVIDUAL

- Prevalecerá sobre o acordo coletivo para empregados com instrução de nível superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do INSS. (R\$ 11.062,62)
- Poderá constar cláusula de resolução de controvérsias por arbitragem.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



➤ RESCISÃO CONTRATUAL

- Retira a exigência de a homologação da rescisão contratual em sindicatos.
- Na própria empresa, na presença dos advogados das partes.

➤ DEMISSÃO

- Considera justa causa a perda dos requisitos estabelecidos por lei para o exercício da profissão.
- Demissão em comum acordo, redução da multa de 40% do FGTS para 20%, e 15 dias de aviso prévio.
- Sague de 80% do Fundo, mas perde o seguro-desemprego.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



➤ JORNADA EXCEDENTE

- Não precisa comunicar antecipadamente à autoridade competente em caso de duração excedente a jornada de trabalho.

➤ PENHORA

- Dispensa para as entidades filantrópicas do oferecimento de garantia ou de bens à penhora em causas trabalhistas.
- Também para quem compuser a diretoria dessas instituições.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



➤ AÇÕES TRABALHISTAS

- O trabalhador será obrigado a comparecer às audiências na Justiça do Trabalho e arcar com as custas do processo, caso perca a ação.
- No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



➤ JUSTIÇA DO TRABALHO

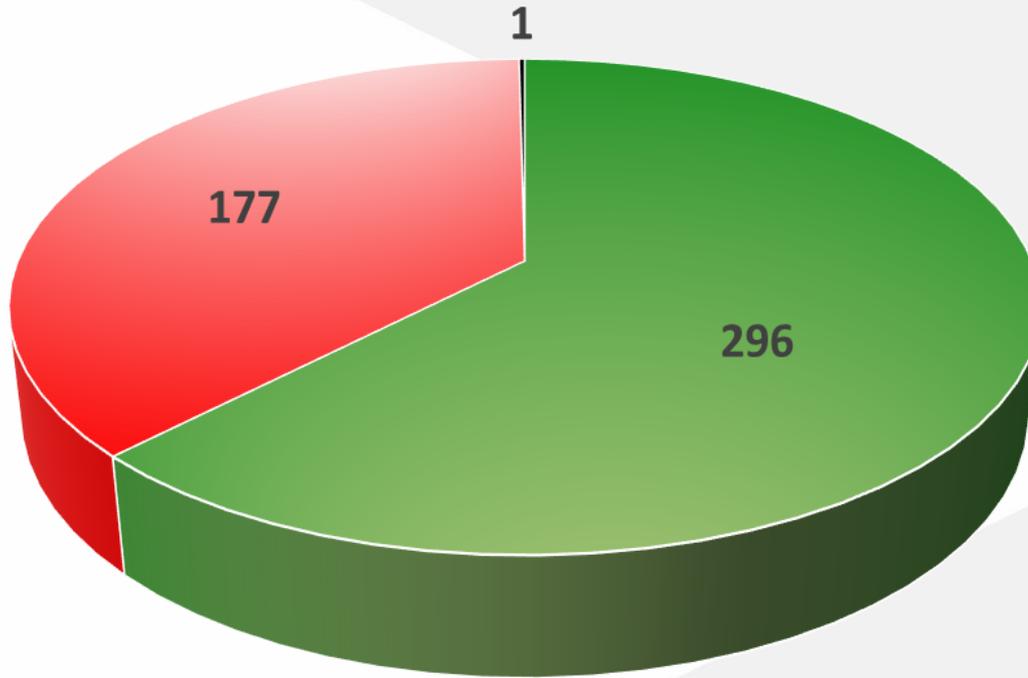
- Limita o poder de tribunais de interpretarem a lei.
- Onera o empregado que ingressar com ação por má fé.
- Criação e alteração de súmulas nos tribunais, passa a ser exigida a aprovação de ao menos 2/3 dos ministros do TST;
- Já tenha sido decidida de forma idêntica por unanimidade em, no mínimo, 2/3 das turmas em pelo menos 10 sessões diferentes em cada uma delas, podendo, ainda, por maioria de 2/3 de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial.

EXCLUÍDOS DA REFORMA



- FGTS
- 13º salário
- Seguro-desemprego
- Salário-família
- Remuneração da hora de 50% acima da hora normal
- Licença-maternidade de 120 dias
- Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço
- Normas relativas à segurança e saúde do trabalhador

VOTAÇÃO PL 6787/2016



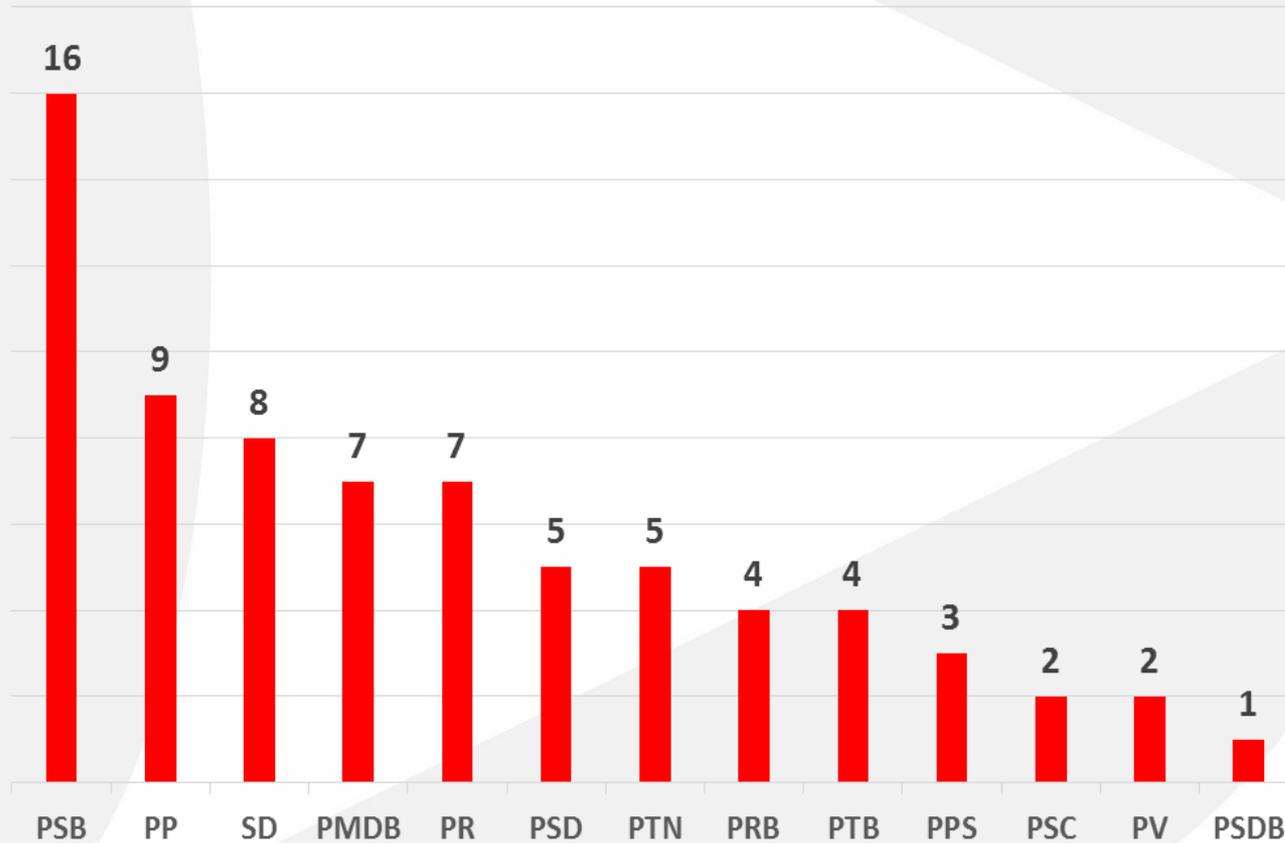
■ SIM ■ NÃO ■ ABSTENÇÃO

37,4 Não

62,6% Sim

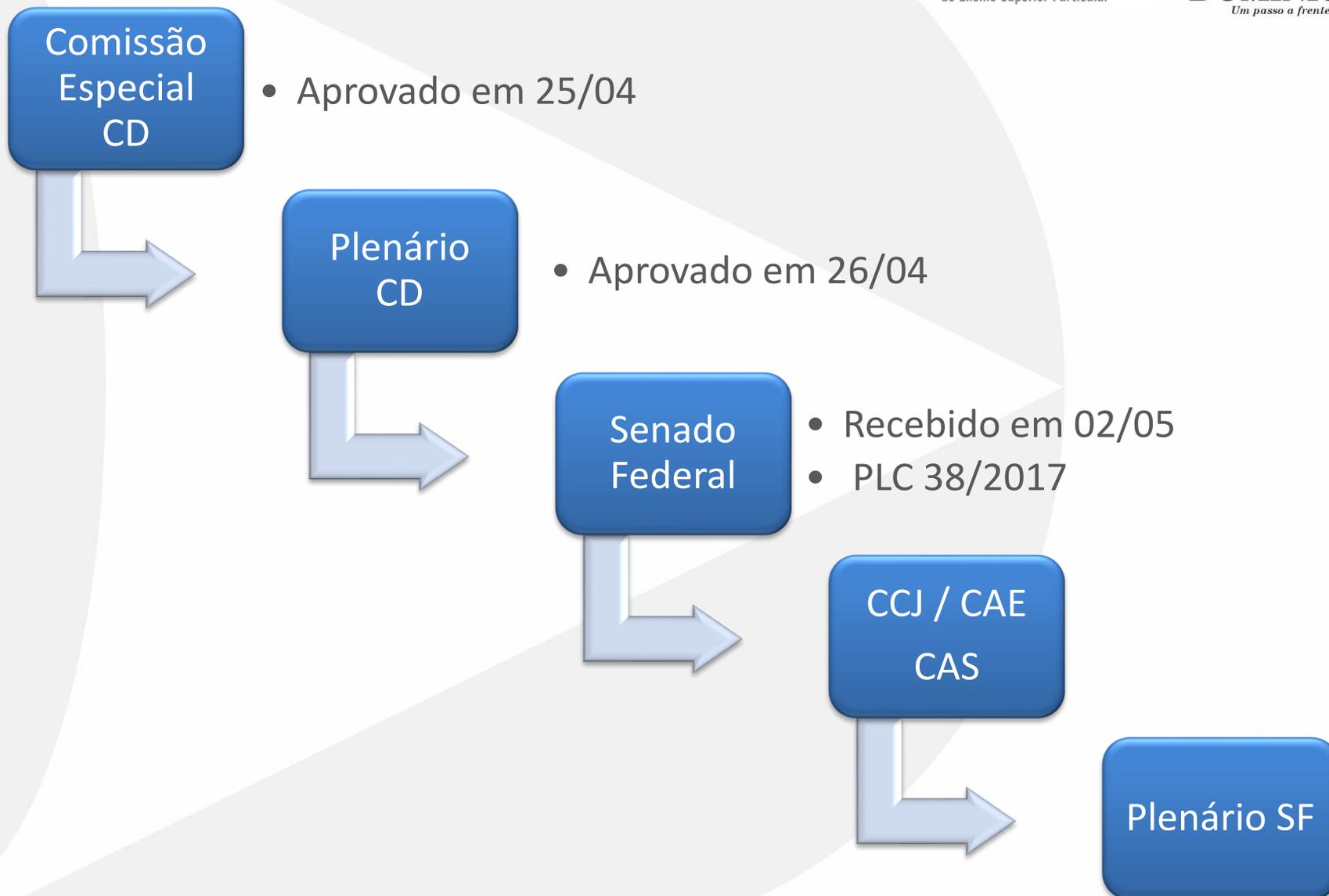
APROVADO

"TRAIDORES" DA BASE DO GOVERNO



- DEM 100% fiel.
- Oposição (PCdoB, PT, PDT, PMB, PSOL e Rede) voto fechado contra.
- Partidos menores (PROS, PEN, PHS, PSL e PTdoB) votos contra e a favor do projeto.

TRAMITAÇÃO



ANÁLISE



- Exonerações de indicados políticos;
- Emendas;
- Corte de salários para deputados que faltarem a votação da reforma da previdência.
- Mesmo sendo uma reforma mais simples, o embate no Senado será duro. A vantagem do governo é contar com o apoio, articulação e força política da bancada empresarial no Senado.
- A oposição de alguns senadores, como Renan Calheiros, já começam a dificultar o cenário traçado pelo governo, que pretendia concluir a aprovação no Senado ainda no primeiro semestre. Hoje, isso já não é uma certeza.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

CD - PEC 287/2016

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

	Atualmente	Com a reforma
Homens	65 anos de idade 35 anos de contribuição	65 anos de idade 25 anos de contribuição
Mulheres	60 anos de idade 30 anos de contribuição	62 anos de idade 25 anos de contribuição

➤ VALOR DA APOSENTADORIA

70% do valor dos salários

+ 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição;

+ 2% para o que superar 30 anos;

+ 2,5% para o que superar 35 anos, até chegar em 100%

40 anos de contribuição = 100% do valor do benefício

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Altera a nomenclatura - **Incapacidade Permanente para o Trabalho.**

Atualmente

100% do benefício

Com a reforma

51% da média salarial das contribuições + 1%
para cada ano de contribuição

Apenas invalidez decorrente de acidente de trabalho será de 100%.

➤ AUXILIO DOENÇA

Altera a nomenclatura - **Incapacidade Temporária para o Trabalho.**

Atualmente

91% da média salarial

Com a reforma

91% da média salarial

A base de cálculo permanece a mesma

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ PENSÃO POR MORTE

Parcialmente alteradas no ano passado, ainda no governo Dilma.

Atualmente	Com a reforma
Integral	50% do valor integral + adicional de 10% por dependente menor de idade
Vinculado ao salário mínimo	Vinculado ao salário mínimo

➤ TRABALHADOR RURAL

Alíquota favorecida

	Atualmente	Com a reforma
Idade	60 anos homens 55 anos mulheres	60 anos homens 57 anos mulheres
Tempo de contribuição	15 anos	Mínimo de 15 anos de contribuição

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Benefício a idosos e pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, com renda familiar per capita mensal inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, que não contribuem com a previdência.

	Atualmente	Com a reforma
Idade	65 anos	70 anos
Valor	1 salário mínimo	Desvinculado do salário mínimo

➤ ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

Atualmente	Com a reforma
Permite o acumulo de benefício (aposentadoria + pensão)	Permite o acumulo, limitado a 2 salários mínimos

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ SERVIDOR PÚBLICO

	Atualmente	Com a reforma
Valor	Base no salário integral	Equivalente ao teto da previdência
Idade	60 anos homens 55 anos mulheres	65 anos homens 62 anos mulheres
Tempo de contribuição	35 anos os homens 30 anos as mulheres	Mínimo – 25 anos 100% do benefício - 40 anos

- Transição variável individualmente, mulheres 30 anos + pedágio, homens 35 anos + pedágio.
- A partir de 01/01/2020, a idade mínima começara a subir escalonadamente 1 ano a cada 2 anos.
- Possibilidade de contratação de entidade aberta de previdência complementar.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ PROFESSORES PÚBLICOS E PRIVADOS

- Acaba com as diferenças entre o regime geral e o público. **(Regras até o ensino médio)**

	Atualmente	Com a reforma
Idade	55 anos homens* 50 anos mulheres*	60 anos homens e mulheres
Tempo de contribuição	30 anos os homens* 25 anos as mulheres*	Mínimo – 25 anos <i>* Públicos</i>

➤ POLICIAIS FEDERAIS E POLICIAIS LEGISLATIVOS FEDERAIS

	Atualmente	Com a reforma
Idade	Independente	55 anos
Tempo de exercício na profissão	20 anos homens 15 anos mulheres	25 anos homens 20 anos mulheres
Tempo de contribuição	30 anos contribuição 25 anos contribuição	Mantido

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

➤ PARLAMENTARES

- Eram considerados servidores públicos, sendo proibido o acumulo de aposentadoria no setor público;
- Vinculados ao RGPS, com transição diferente, os Estados devem definir a regra.

	Atualmente	Com a reforma
Idade	60 anos homens e mulheres	60 anos homens e mulheres, subindo em 2020 até 65 anos homens e 62 mulheres
Tempo de contribuição	35 anos os homens e mulheres	Mantido

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



➤ REGRAS DE TRANSIÇÃO

- Idade mínima de 53 anos para mulheres e 55 para os homens, sendo elevada em um ano a cada dois anos, a partir de 01/01/2020;
- 30% de pedágio sobre o tempo de contribuição que faltar para atingir 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres).

VOTAÇÃO CESP

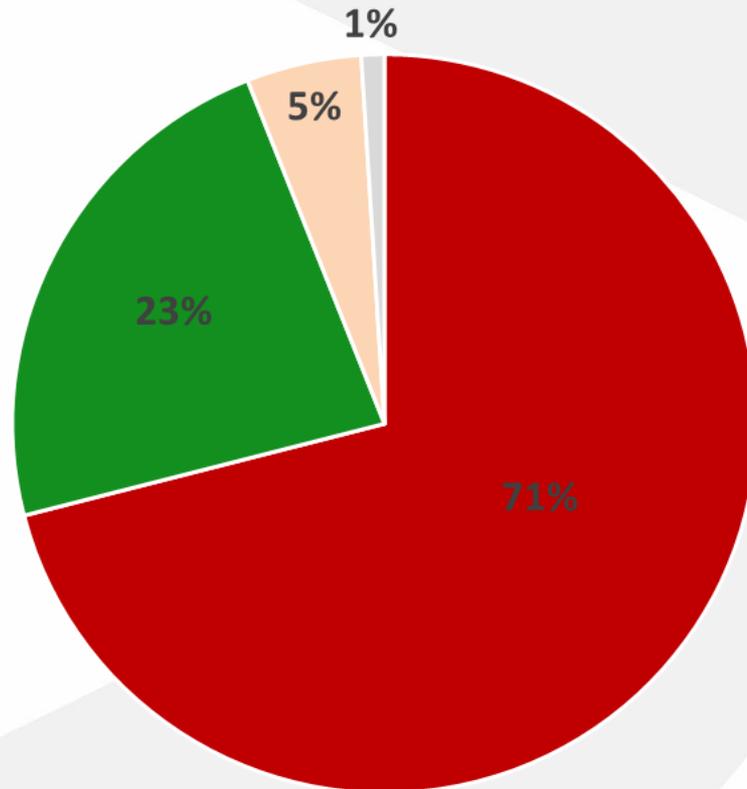
1. Carlos Marun (PMDB-MS)
2. Darcísio Perondi (PMDB-RS)
3. Lelo Coimbra (PMDB-ES)
4. Mauro Pereira (PMDB-RS)
5. Adail Carneiro (PP-CE)
6. Julio Lopes (PP-RJ)
7. Maia Filho (PP-PI)
8. Carlos Melles (DEM-MG)
9. Pauderney Avelino (DEM-AM)
10. Junior Marreca (PEN-MA)
11. Vinicius Carvalho (PRB-SP)
12. Prof VictorioGalli (PSC-MT)
13. Alexandre Baldy (PTN-GO)
14. Aelton Freitas (PR-MG)
15. Bilac Pinto (PR-MG)
16. Magda Mofatto (PR-GO)
17. Reinhold Stephanes (PSD-PR)
18. Thiago Peixoto (PSD-GO)
19. Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
20. Marcus Pestana (PSDB-MG)
21. Ricardo Tripoli (PSDB-SP)
22. Arthur Maia (PPS-BA)
23. Evandro Gussi (PV-SP)



1. Givaldo Carimbão (PHS-AL)
2. Arnaldo Faria Sá (PTB-SP)
3. Paulo Pereira (SD-SP)
4. Arlindo Chinaglia (PT-SP)
5. Assis Carvalho (PT-PI)
6. José Mentor (PT-SP)
7. Pepe Vargas (PT-RS)
8. Jandira Feghali (PCdoB-RJ)
9. Eros Biondini (PROS-MG)
10. Bebeto (PSB-BA)
11. Heitor Schuch (PSB-RS)
12. Assis do Couto (PDT-PR)
13. Ivan Valente (PSOL-SP)
14. Alessandro Molon (Rede-RJ)

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Pesquisa DataFolha

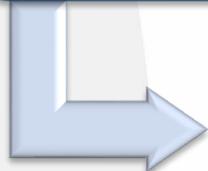


■ Contra ■ A favor ■ Não sabem ■ Indiferente

TRAMITAÇÃO

Comissão Especial CD

- Aprovado em 03/05/17



Plenário CD

- 2 turnos (308 deputados)



CESP

- Redação Final



Senado CCJ



Plenário SF

- 2 turnos (49 senadores)

ANÁLISE



- Os 23 votos a favor superaram os 3/5 na CESP. Essa proporcionalidade hoje ainda não se reflete no Plenário.
- O governo tentará conseguir os votos sem recuar no conteúdo/texto. Todavia, tudo indica que deverão ser feitas novas concessões.
- O risco de novos recuos é confirmar o que o mercado já pondera: aprovar uma minirreforma que não solucionará de forma estrutural os problemas fiscais do governo. Isso pode afetar a economia e os investimentos.
- A aprovação tem um forte simbolismo político, mesmo que a reforma signifique um impacto econômico menor que 50% do esperado inicialmente pelo mercado. Uma não aprovação esvaziaria politicamente o governo.

- As dificuldades políticas do governo passam por dois lados: 1) erros na comunicação da reforma, o que dificulta a tarefa dos parlamentares na defesa da aprovação da medida; e 2) a antecipação das eleições de 2018.
- O calendário do governo prevê concluir a aprovação da reforma entre setembro e outubro. Isso, contudo, dependerá de como avançam as negociações na Câmara ao longo das próximas semanas. Não deve ser descartada uma prorrogação nessas datas.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator CESP- Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)

PRINCIPAIS PONTOS



- Criação do IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) para os estados (junção do ICMS, ISS, IPI, PIS, COFINS e CIDE);
- Extinção do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços), do Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) , Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) , Salário Educação e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).
- Criação de um imposto seletivo monofásico nacional;
- Criação de Imposto de Renda progressivo

PRINCIPAIS PONTOS



- Alimentos e remédios com alíquotas reduzidas;
- Isenta totalmente as exportações e os bens de ativo fixo das empresas;
- Diminui o custo de contratação;
- Reduz as alíquotas patronal e dos empregados do INSS transferindo a arrecadação para o IOF que seria transformado em COMFINS;
- Acaba com IOF e os tributos sobre os empréstimos bancários;
- Mantem o Supersimples para as micros e pequenas empresas;
- Incrementa novas tecnologias e softwares, universalizando o uso da Nota Fiscal Eletrônica.

PRINCIPAIS PONTOS



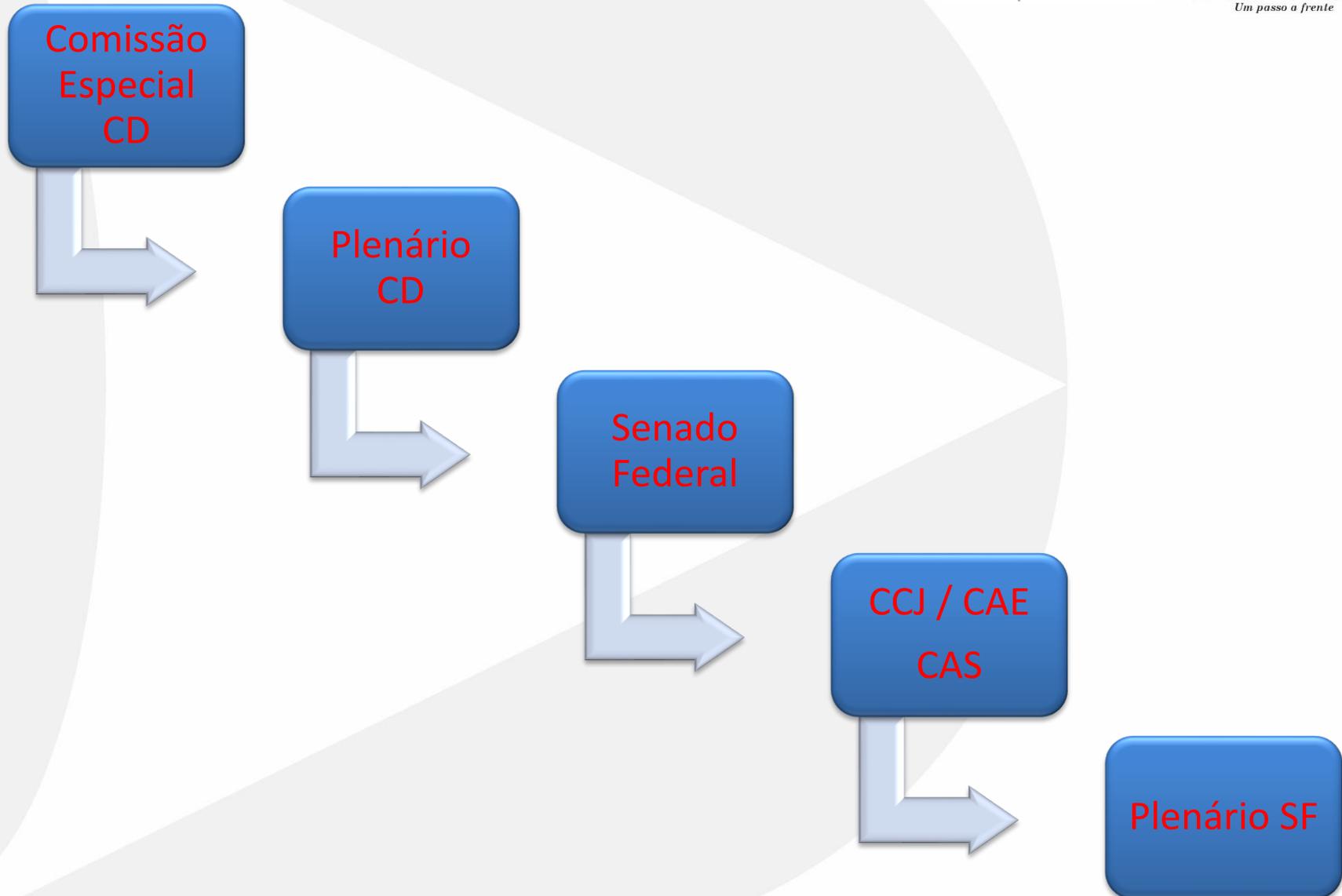
- O relator sugere que os entes sejam ressarcidos, nos cinco primeiros anos de implementação da reforma, de acordo com a previsão de receita do ano anterior ou da média dos últimos dois anos. Esses recursos viriam do IVA e do Imposto de Renda (IR).

COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS



- **UNIÃO:** Imposto de Renda (com absorção da CSLL), Imposto Seletivo, ITR; Contribuição Previdenciária sobre folha de pagamento (empregado e empregador), Contribuição Social sobre operações e movimentações financeiras (utilizada para reduzir a contribuição sobre folha de pagamento), CIDEs, outras contribuições e Taxas;
- **ESTADOS:** IVA (com absorção do PIS, PASEP, COFINS, IPI, ICMS e ISS, exceto em relação às bases tributadas pelo Imposto Seletivo Federal), Contribuição Previdenciária e Taxas;
- **MUNICÍPIOS:** IPTU, ITBI, IPVA, ITCMD, Contribuição Iluminação, Contribuição Previdenciária e Taxas.

TRAMITAÇÃO



- Ainda sem texto definido, acredita-se que as mudanças devem iniciar pelo PIS/COFINS, simplificando a cobrança, mas com o risco de aumento da carga tributária.
- A depender das Reformas Trabalhista e Previdenciária, a Tributária pode nem “sair do papel”.

Base do Governo Temer – Câmara e Senado



Casa Civil	Desenvolvimento, Social e Agrário
Secretaria de Governo	Turismo
GSI	Esporte
Fazenda	Integração Nacional
Planejamento	



Rel. Exteriores
Cidades Justa



MAPA
Saúde



MDIC



Transportes
Portos e
Aviação Civil



MEC



Minas e
Energia



Defesa



Trabalho e
Emprego

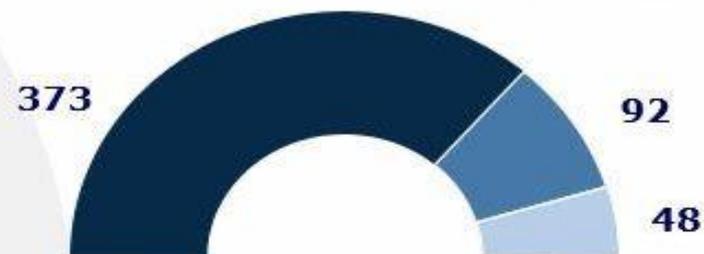


MCTI



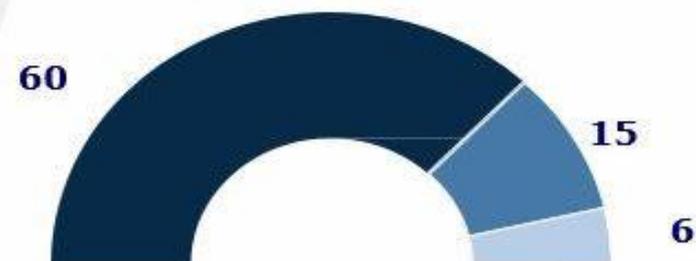
MMA

Base de Apoio na Câmara



PEC - 3/5 dos deputados (308)
PL - Maioria simples (metade dos presentes + 1)
PLP - Maioria absoluta (257)
MP - Maioria simples (metade dos presentes + 1)

Base de Apoio no Senado



PEC - 3/5 dos senadores (49)
PL - Maioria simples (metade dos presentes + 1)
PLP - Maioria absoluta (41)
MP - Maioria simples (metade dos presentes + 1)

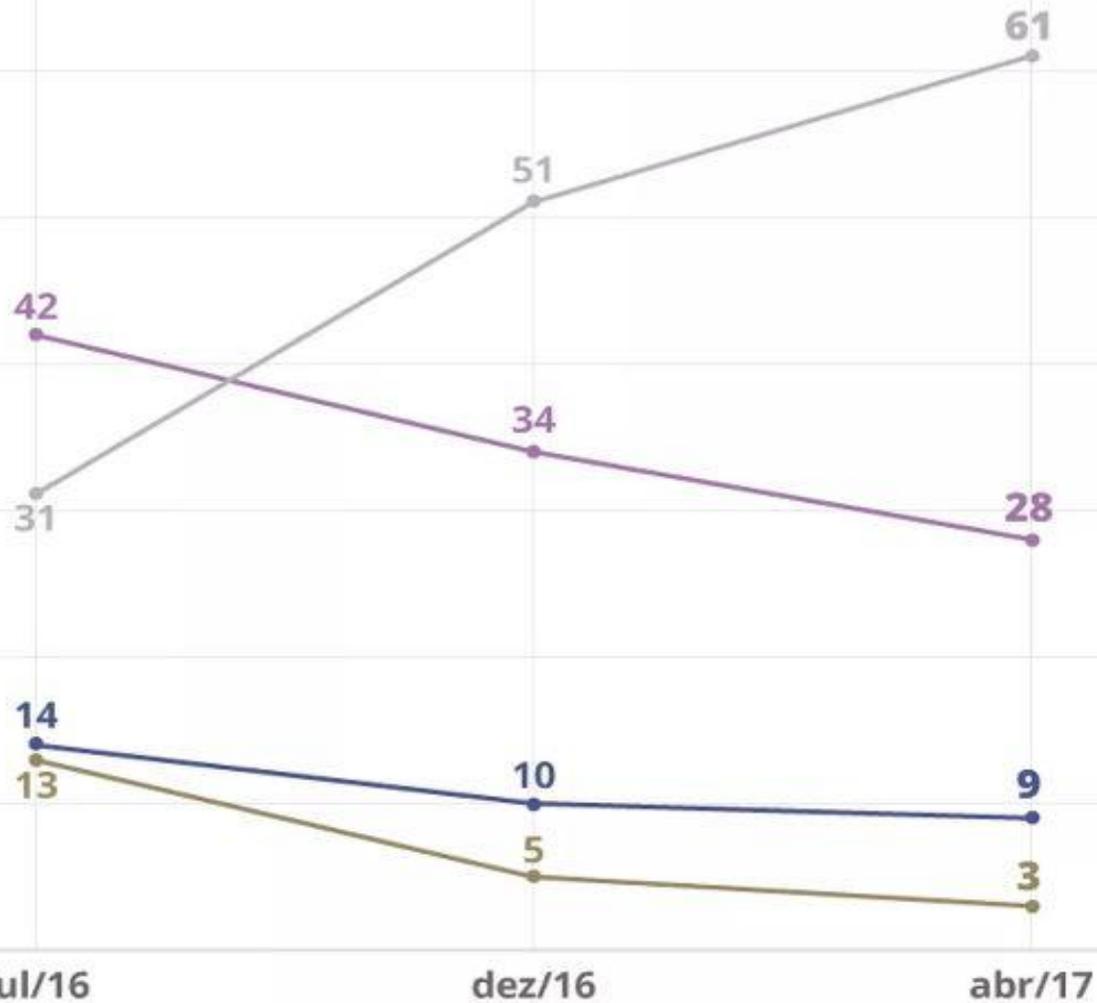
(em %)

■ Ótimo/bom

■ Regular

■ Ruim/ péssimo

■ Não sabe



AVALIAÇÃO DO GOVERNO MICHEL TEMER (PMDB)

Ruim/péssimo: 61%

Regular: 28%

Ótimo/bom: 9%

Não sabe: 3%

Fonte: Datafolha (30/04/2017)

PARA ALÉM DA ECONOMIA

“Não devemos analisar um país apenas pelos pilares tradicionais da economia – controle dos gastos públicos e da inflação, câmbio flutuante e desburocratização. Eles são importantes, mas precisamos ampliar nosso olhar. É através da educação que a igualdade de oportunidades surge. E, com isso, maior desenvolvimento econômico e social para uma nação.”

Janguê Diniz

OBRIGADO

Responsabilidade Técnica:

Marcelo Moraes – Diretor

Cinara Machado – Analista

DOMINIUM CONSULTORIA

SCN Quadra 1 – Bloco A

Edifício Number One – Sala 1402

Brasília/DF - CEP: 70.711-900

Tel: 55 (61) 3328-0008

www.dominiumrelgov.com.br